



---

**AO ILUSTRÍSSIMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÃO**

**IMPUGNAÇÃO**

**Processo Administrativo: nº 01.250.059622-2019-83**

**Pregão eletrônico: nº 07/2020**

**ENGEPROM ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Brasília, Distrito Federal, no **SIA TRECHO 03, LOTE 990, SALA 105,106 e 107 ED. ITAÚ -BRASÍLIA/DF**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **04.762.861/0001-68**, por meio do seu representante legal **DEUSDETE BERNARDO DA SILVA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº **481.829.746-15**, residente nesta capital, vem, respeitosamente, através de suas advogadas que a presente subscrevem (instrumento de procuração em anexo), oferecer, com fundamento no artigo 41, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, a presente:

## **IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

### **I - BREVE INTRÓITO**

A propósito do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, clássica é a afirmativa do Professor Hely Lopes Meirelles:

“O edital é lei interna da licitação e, como tal, vinculada aos seus termos estão tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação. (Licitações, p.27).”

Entretanto, mesmo embasado nos firmes parâmetros fixados no artigo 40 da Lei 8.666/93, ora em comentário, o edital pode apresentar falhas e dar margens a eventualidades e imprevistos.

Tais desvios, logicamente, portanto, devem ser solucionados com base no teor, nos princípios e nos valores da Lei de Licitações.

O próprio edital, em seu bojo, traz previsões de possibilidade de impugnações e questionamentos.

Além do supracitado permissivo editalício, o direito subjetivo do licitante ao fiel cumprimento da Lei é garantido pelo art. 4º da lei de licitações bem como implica dever ético de qualquer participante do certame denunciar, tempestivamente, o edital portador de incorreções ou ilegalidades (art. 41).

A denúncia quando feita deverá ocorrer antes da abertura das propostas, pois as mesmas não poderão ser alteradas.

Neste ínterim, após minuciosa análise dos termos do ato convocatório do procedimento licitatório em comento, foram verificadas máculas, as quais tornam o edital deveras contraditório, o que, caso não sejam ratificadas, possibilitarão julgamentos não objetivos. Dentre as máculas, cite-se, por exemplo, erros em sua planilha orçamentária, dentre outras questões, as quais serão minuciosamente expostas, e que são imprescindíveis de retificação, sob pena de total ilegalidade do instrumento convocatório em apreço.

Em sendo assim, uma vez que a abertura do certame será no dia 19 de junho, tempestiva, pois, a presente Impugnação.

Antes de adentrar à questão meritória, impende registrar que a empresa interpõe a presente Impugnação na qualidade de colaborador, com a mais lúdima boa-fé e respeito para esta Importante, Essencial e Honrosa Administração.

Na prática, a Impugnante executa os serviços da mesma natureza ao que ora se licita, possuindo conhecimento detalhado da especificidade de serviços objeto do certame.

## **II - DA IMPUGNAÇÃO**

**O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÃO**, através da sua Comissão Permanente de Licitação, tornou

pública a abertura da licitação na modalidade de pregão eletrônico de número 07 de 2020, com critério e julgamento pelo menor preço, sob forma de execução indireta, no regime de execução por preço unitário.

O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos, de natureza continuada, para apoio operacional e manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva das instalações físicas prediais, dos sistemas elétricos, de condicionamento de ar central (água gelada) e de aparelhos de ar condicionado individuais (Split, multi split e de janela), hidro-sanitários, de prevenção e combate a incêndio e cabeamento estruturado, bem como a contratação de serviços eventuais, sob demanda, de instalações/remanejamentos nos referidos sistemas, com fornecimento de material, peças e componentes de reposição, quando for o caso, mediante ressarcimento, observadas as condições, e serviços técnicos de especialista nas diversas áreas técnicas, nos edifícios da Esplanada dos Ministérios, Bloco E, e Bloco R, administrados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Isto posto, a Impugnante, intencionada em participar do certame licitatório em epígrafe, tomou conhecimento dos termos do respectivo chamamento editalício para a data de 19 de junho de 2020.

Neste diapasão, trata a presente impugnação, à princípio, de embate às cláusulas contraditórias expostas no instrumento convocatório, bem como aos erros na composição dos preços da planilha orçamentária, exigências totalmente diferentes constantes do edital e do termo de referência, ilegalidade da exigência com base no objeto em si da presente licitação, que se trata de serviço de engenharia sob demanda, de criação de uma conta vinculada à luz da IN 06 de 2013.

Destarte, ponto a ponto serão aventados no decorrer desta Impugnação.

Imperioso o julgamento da presente impugnação com lastro inarredável à “Lei de Licitações” (Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993), a qual estabelece normas sobre licitações e contratos administrativos relativos a obras e serviços públicos, aplicáveis aos três níveis da administração pública: União, Estados e Municípios, sejam da administração direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades.

Abaixo transcreve-se o artigo 2º da referida lei:

“Art. 2º - As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.”

Logo, impõe-se à Administração Pública, na fase interna do processo licitatório, o desenvolvimento de medidas com o fito de buscar o adequado detalhamento do objeto e das regras que regerão o certame.

Somente a partir de um planejamento preciso e detalhado do processo de contratação pública é que a Administração garantirá o atendimento de todos os princípios que regem a Administração Pública.

Os princípios reitores da licitação pública (reproduzidos no art. 3º, da Lei nº 8.666/93) consubstanciam-se, a bem da verdade, em comandos normativos basilares do Estado Democrático de Direito.

O Estado brasileiro, submetido ao império da lei, confeccionada a partir de legítimo processo legislativo, tem por obrigação garantir ao administrado igualdade de chances na contratação pública. Tal tratamento isonômico perpassa pela constituição (delimitação) adequada do objeto a ser adquirido pela Administração Pública, bem como da objetividade das regras do processo licitatório.

Com efeito, o adequado planejamento permite a clareza das regras do certame e evita falhas que poderão macular não só a competição como também a própria execução do objeto licitado.

Assim posto, é simples raciocinar que a imprecisão do objeto a ser licitado, bem como das regras contidas no edital poderão levar todo o esforço de um procedimento à nulidade, redundando em discussões entre licitantes e Poder Público, as quais poderão ainda redundar em processos judiciais intermináveis, fazendo com que o desejo quanto ao bem ou serviço pretendido pela Administração Pública fique postergado no tempo, de forma difusa e abraçada ao cepticismo.

O supracitado raciocínio é muito bem contextualizado por JUSTEN FILHO (2009, p. 133), quando afirma:

“Grande parte das dificuldades e a quase totalidade dos problemas enfrentados pela Administração ao longo da licitação e durante a execução do contrato podem ser

evitados por meio de atuação cuidadosa e diligente nessa etapa interna.”

Não está distante SILVA (1998, p. 42) quando destaca:

“Tem sido comum a prática do empirismo, do acaso e da pressa na iniciação dos procedimentos licitatórios, e por essa razão, não há novidade alguma na constatação de obras que jamais foram concluídas; estoques de materiais em excesso ou sem possibilidade de uso sem saber quem foi o responsável pela aquisição; desperdícios de tempo e de dinheiro público pelo fato de não se caracterizar adequadamente o bem ou serviço necessário.”

Após as laicas colocações sobre a importância de um instrumento convocatório robusto, objetivo e legal, vejamos os pontos fulcrais da presente impugnação que impossibilitam a execução satisfatória do objeto integral do presente certame, visto as máculas editalícias, as quais poderão caracterizar subjetividade no julgamento do certame, problemas nas propostas a serem apresentadas, e nulidade do procedimento.

### **III - DAS FALHAS EDITALÍCIAS A SEREM APONTADAS**

#### **III.1) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Primeiramente, há de se colocar que as exigências técnicas para habilitação no edital e no TR, anexo I – estudo preliminar, são totalmente

distintos, ou seja, no edital há uma exigência para fins de habilitação e no TR constam outras totalmente diferentes (página 284). Senão, vejamos.

No TR, anexo I, estudo preliminar, página 284, consta que para qualificação técnica da Licitante serão exigidos:

“Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional CREA (Conselho Regional de Engenharia), comprovando atividade compatível com o objeto, à data da abertura da licitação. Caso o registro tenha sido emitido em outro estado da Federação e a empresa seja vencedora do certame, deverá ser vista do CREA-DF e entregue antes da assinatura do contrato.

Atestado e/ou certidão de capacidade técnico-operacional devidamente registrado no CREA da respectiva região onde os serviços foram ou estão sendo realizados, que comprove(m) que a Licitante tenha executado, ou execute por no mínimo 3 anos seguidos, para órgão ou entidade da Administração Pública, federal, estadual, municipal ou distrital, Direta ou Indireta e/ou ainda para empresas privadas, comprovando a execução de serviços compatíveis como objeto da presente Licitação, sendo os serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas nas seguintes parcelas de maior relevância, conforme estabelece o parágrafo 2º do art. 30 da Lei nº 8.666/93:



- 64. Operação e manutenção de instalações elétricas prediais com capacidade instalada mínima de 1.000 kVA (40% do objeto);
- 65. Operação e manutenção de instalações hidrossanitárias prediais em edificação ou conjunto de edificação com área mínima de 15.000 m<sup>2</sup> (50% do objeto).
- 66. Operação e manutenção de sistema de geração automática e energia de emergência, contendo dois ou mais grupos geradores diesel operando em paralelo entre si, com potência mínima de 500 KVA (40% do objeto) e capacidade unitária mínima de 200 KVA;
- 67. Operação e manutenção de sistema UPS, operando em paralelo redundante, com potência total mínima de 300 kVA (50% do objeto);
- 68. Operação, manutenção, instalação e remanejamento de rede de cabeamento estruturado categoria 6 (dados, voz e imagem), com no mínimo 1.000 pontos (40% do objeto);
- 69. Manutenção de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) e do sistema de rede de hidrantes e extintores portáteis em edificações com área mínima de 15.000 m<sup>2</sup> (40% do objeto);
- 70. Operação e manutenção do sistema de detecção de fumaça controlado por painel de controle de alarme de incêndio inteligente endereçável, que possua dentre outros componentes, os seguintes: acionador manual analógico endereçável, alarme visual e sonoro analógico endereçável, detector termovelocimétrico inteligente endereçável, detector de fumaça/temperatura inteligente

endereçável, em edificações com área construída mínima de 15.000 m<sup>2</sup> (50% do objeto).

71. Sistema de CFTV (Circuito Fechado de TV) em edificações prediais não residenciais com área construída igual ou superior a 20.000 m<sup>2</sup> (40% do objeto) ;

72. Manutenção predial civil em edificações não residenciais com área construída mínima de 20.000 m<sup>2</sup> (40% do objeto);

73. Manutenção preventiva e corretiva, instalação, remanejamento e operação de rede elétrica de tensão estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, total de capacidade não inferior a 125 kVA e na mínimo 1.000 pontos de rede ininterrupta, aterrados e estabilizados (30% do objeto);

74. Operação e manutenção de sistema de condicionamento de ar central (água gelada) composto de chiller por parafuso, com tratamento químico de água e emissão de relatórios, com a capacidade mínima de 350 TR (50% do objeto) em uma edificação com área construída mínima de 20.000 m<sup>2</sup>.

75. Limpeza e higienização de dutos de condicionamento de ar com comprimento mínimo de 1.000 metros lineares (50% do objeto).

Declaração de que instalará escritório em Brasília - DF, ou Região Metropolitana da mesma cidade, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SLTI/MP nº- 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou

escritório no local definido, deverá declarar instalação/manutenção.

Comprovação da licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para assinatura do contrato, os profissional (is) de nível superior nas áreas descritas abaixo, devidamente reconhecidos pelo CREA, detentores de atestados de capacidade técnica operacional devidamente registrados no CREA da respectiva região onde os serviços foram realizados, acompanhados da(s) certidão(ões) de acervo técnico expedida(s) pelo CREA que comprovem ter os profissionais, executado serviços listados no subitem 16.1.2, letras “a” a “n”, conforme as atribuições profissionais abaixo:

I - Engenharia Civil (Resolução nº 218/CONFEA, atribuições do art. 7º);

II - Engenharia Elétrica e Eletrônica (Resolução nº 218/CONFEA, atribuições dos art. 8º e 9º);

III - Engenharia Mecânica (Resolução nº 218/CONFEA, atribuições do art. 12º).

Entende-se, para fins deste Instrumento, como pertencente ao quadro permanente da licitante, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; a empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso a licitante se sagre vencedora do certame.

No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos

termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração. Apresentar Certificado de Registro e Credenciamento na Norma Técnica nº 019/1999-CBMDF, emitida pelo Departamento de Segurança Contra Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – DESEG/CBMDF, para exercer a atividade de “manutenção e instalação de sistemas de proteção contra incêndio e pânico”, com vigência comprovada;”

Todavia, no item 9.11.1 do edital consta que para qualificação técnica deverá ser observado o item 17 do termo de referência, anexo ao edital, o qual, por sua vez, assim leciona:

#### “17. DA HABILITAÇÃO

17.1. Para a comprovação da Qualificação Técnica da LICITANTE serão exigidos:

17.1.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional CREA (Conselho Regional de Engenharia), comprovando atividade compatível com o objeto, à data da abertura da licitação. Caso o registro tenha sido emitido em outro estado da Federação e a empresa seja vencedora do certame, deverá ser visitado pelo CREA-DF e entregue antes da assinatura do contrato.

17.1.2. Comprovação da capacidade técnico-profissional do licitante devidamente registrado no CREA; e 17.1.3. Comprovação de capacidade técnico-operacional da Licitante.

17.1.3.1. Os atestados deverão comprovar que se tenha executado, ou executa para pessoa jurídica de direito público ou privado, serviços compatíveis com o objeto da presente Licitação, sendo os serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas nas seguintes parcelas de maior relevância, conforme estabelece o parágrafo 2º do art. 30 da Lei nº 8.666/93:

- a) Sistema Elétrico: operação e manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com subestação e capacidade instalada mínima de 500kVA;
- b) Operação e manutenção de grupo gerador de energia elétrica automáticos, com capacidade unitária mínima de 200 KV;
- c) Nobreak de no mínimo 15kVA;
- d) Manutenção e operação de instalações de sistema de geração automático de energia de emergência, com potência total igual ou superior a 500 kVA, contendo dois ou mais grupos geradores operando em paralelo entre si e operando em paralelo com o sistema da Concessionária;
- e) Manutenção e operação de instalações de UPS (Uninterruptible Power Supply - fonte de alimentação ininterrupta), operando em paralelo redundante, com potência igual ou superior a 300 kVA.
- f) Operação e manutenção do sistema de detecção de fumaça controlado por painel de controle de alarme de incêndio inteligente endereçável, que possua dentre outros componentes, os seguintes: acionador manual

analógico endereçável, alarme visual e sonoro analógico endereçável, detector termovelocimétrico inteligente endereçável, detector de fumaça/temperatura inteligente endereçável, em edificações com área construída mínima de 10.000 m<sup>2</sup>.

g) Sistema de CFTV (Circuito Fechado de TV);

h) Sistema de alarme;

i) Serviços de manutenção predial civil e operação de instalações em edificações prediais não residenciais com área construída igual ou superior a 20.000 m<sup>2</sup>, que corresponde à 40% da área total estimada dos imóveis a serem atendidos;

j) Manutenção preventiva e corretiva, instalação, remanejamento e operação de rede elétrica de tensão estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, total de capacidade não inferior a 125 kVA e no mínimo 1.000 pontos de rede ininterrupta, aterrados e estabilizados, que corresponde à 30% do total instalado estimado;

k) Operação e manutenção de rede lógica de cabeamento estruturado categoria 6 (dados, voz e imagem), com no mínimo 1.000 pontos, que corresponde à 40% do total instalado estimado.

l) Operação e manutenção do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) e do sistema de rede de hidrantes e extintores portáteis, em edificações com área construída mínima de 10.000 m<sup>2</sup>.

m) Detector termovelocimétrico inteligente endereçável, detector de fumaça/temperatura inteligente endereçável, em edificações com área construída mínima de 10.000 m<sup>2</sup>.

n) Operação e manutenção de sistema de condicionamento de ar central (água gelada) composto de chiller por parafuso, com tratamento químico de água e emissão de relatórios, com a capacidade mínima de 230 TR e com 800 m/l de torre de resfriamento (dutos) em uma edificação com área construída mínima de 15.000 m<sup>2</sup>.”

Veja, Ilustre Comissão, *a priori*, apenas em um passar de olhos verifica-se que são exigências totalmente diferentes, o que pode gerar problemas no julgamento do certame.

No termo de referência não podem constar situações ou mesmo exigências contraditórias, sob pena de nulidade.

Neste desiderato, a respeito do edital, questiona-se: qual é o real serviço de maior relevância técnica que deve vincular obrigatoriamente o Licitante com o fito de demonstrar sua experiência pregressa?

Qual o motivo de, no estudo preliminar anexo I do edital, constar que a empresa deverá comprovar experiência pregressa em alguns serviços, não obstante, no item 17 do mesmo TR existem outras exigências?

De fato, não podem existir contradições no edital e no TR, as quais, repisa-se, poderão levar tanto a administração a erro quanto aos licitantes.

Um edital contendo tais contrastes é nulo de pleno direito, visto que não transmite segurança ou justificativa, bem como confunde os licitantes a respeito do real comando e necessidade da Administração quanto às exigências para fins de segurança na futura contratação.

Ademais, sob uma análise das exigências contidas no estudo preliminar anexo I (pagina 284) e no item 17, se feita uma comparação com o objeto licitado e o futuro escopo do contrato a ser entabulado, é de fácil verificação que as exigências contidas no estudo preliminar guardam maior compatibilidade e relevância técnica visto configurarem mais de 40% do objeto licitado.

Alguns itens que configuram mais de quarenta por cento do objeto estão previstos no estudo preliminar, mas não estão previstos no item 17 do TR.

O fato, ilustre comissão, é que existem disparidades entre uma e outra, ou melhor dizendo, ambas são totalmente diferentes, levando os licitantes ao erro e podendo confundir a Comissão quando do julgamento.

Neste sentido, imperioso que seja uniformizado o TR nos pontos elencados, até porque, para constar exigências, devem existir justificativas técnicas para tal, sob pena de mitigar a concorrência.

Senão Vejamos alguns pontos díspares para exemplificar:

DA HABILITAÇÃO: (página 16)

- Item 17.1.3 – comprovação de capacidade técnico-operacional da licitante
- 17.1.3.1 –
- Sistema Elétrico: operação e manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com



subestação e capacidade instalada mínima de 500kVA;

O item está confuso considerando existir a mesma solicitação de experiência pregressa dos serviços com capacidade instalada mínima diferente, ou seja, quando comparado com o especificado no item 64 o de lá exige capacidade mínima de 1.000 kVA.

- f) Operação e manutenção do sistema de detecção de fumaça controlado por painel de controle de alarme de incêndio inteligente endereçável, que possua dentre outros componentes, os seguintes: acionador manual analógico endereçável, alarme visual e sonoro analógico endereçável, detector termo velocimétrico inteligente endereçável, detector de fumaça/temperatura inteligente endereçável, em edificações com área construída mínima de 10.000 m<sup>2</sup>.

O referido item encontra-se confuso na medida em que existe a mesma solicitação de experiência pregressa de serviço em edificações com área construída mínima de 10.000 m<sup>2</sup> na página 16 e página 284 –item 70 com área construída mínima de 15.000 m<sup>2</sup>.

- g) Sistema de CFTV (Circuito Fechado de TV);

No item não constam exigências de quantidade, na página 16 item 17.1.3 – letra g), mas é solicitando na página 284 item 71 - área construída igual ou superior a 20.000 m<sup>2</sup>.

- l) Operação e manutenção do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) e do sistema de rede de hidrantes e extintores portáteis, em

edificações com área construída mínima de 10.000 m<sup>2</sup>.

Exigência contida na página 17 item 17.1.3 – letra l - edificações com área construída mínima de 10.000 m<sup>2</sup>, porém, na página 284 item 69 o mínimo de área construída é 15.000 m<sup>2</sup>.

- m) Detector termovelocimétrico inteligente endereçável, detector de fumaça/temperatura inteligente endereçável, em edificações com área construída mínima de 10.000 m<sup>2</sup>.

Na página 17 item 17.1.3 – letra m - edificações com área construída mínima de 10.000 m<sup>2</sup>, mas solicitando na página 284 item 69 – com área mínima de 15.000 m<sup>2</sup>.

- n) Operação e manutenção de sistema de condicionamento de ar central (água gelada) composto de chiller por parafuso, com tratamento químico de água e emissão de relatórios, com a capacidade mínima de 230 TR e com 800 m/l de torre de resfriamento (dutos) em uma edificação com área construída mínima de 15.000 m<sup>2</sup>.

Na página 17 item 17.1.3 – letra n - capacidade mínima de 230 TR e com 800 m/l de torre de resfriamento (dutos) em uma edificação com área construída mínima de 15.000 m<sup>2</sup>, mas solicitando na página 284 item 749 – capacidade mínima de 350 TR (50% do objeto) em uma edificação com área construída mínima de 20.000 m<sup>2</sup>.

Além do mais, dentro do próprio item 17 do TR constam exigências que são similares, mas com quantitativos e voltagens distintas, deixando o Licitante sem saber qual deverá cumprir.

Senão, Vejamos:

“17.1.3.1. Os atestados deverão comprovar que se tenha executado, ou executa para pessoa jurídica de direito público ou privado, serviços compatíveis com o objeto da presente Licitação, sendo os serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas nas seguintes parcelas de maior relevância, conforme estabelece o parágrafo 2º do art. 30 da Lei nº 8.666/93:

(...)

c) No-break de no mínimo 15kVA;

(...)

e) Manutenção e operação de instalações de UPS (Uninterruptible Power Supply - fonte de alimentação ininterrupta), operando em paralelo redundante, com potência igual ou superior a 300 kVA

(...)”

*Data máxima vênia*, Ilustre Comissão, No-break e UPS (Uninterruptible Power Supply - fonte de alimentação ininterrupta), são a mesma coisa, porém, no edital para um exige-se que seja demonstrado uma experiência em manutenção de aparelho com potência mínima de 15kVA e para outro potência mínima de 300 KVA.

Ora, qual é a necessidade da Administração em exigir a experiência pregressa na potência mínima de 15 KVA ou de 300 KVA, até porque No-break é a mesma coisa que UPS (Uninterruptible Power Supply - fonte de alimentação ininterrupta).

Esclarece-se, o nobreak é um equipamento alimentado através de bateria que fornece aos aparelhos eletrônicos uma energia limpa e sem interrupções, principalmente durante uma queda de energia, evitando maiores danos aos produtos. Além disso, oferece proteção contra curto circuitos, picos de tensão, sub e sobretensão, sobrecarga e descarga da(s) bateria(s). Já o UPS é uma fonte de alimentação ininterrupta, ou seja, nada mais é que um no-break.

Em sendo assim, qual é a potência mínima a ser exigida como experiência pregressa: 15 KVA ou 300 KVA? Imagina-se que pelo porte dos serviços, teria sentido pedir um no break de grande capacidade, porém tal questão vai se complicar muito durante a análise de capacidade técnica das licitantes.

Da forma como consta no edital, encontram-se presentes dois critérios distintos, não possuindo objetividade na exigência, logo, a sua retificação é medida que se impõe, sob pena de nulidade do certame, já que poderá levar não somente os licitantes como também a administração ao erro.

Não é crível que em editais de licitações existam exigências contraditórias, todavia, caso ocorram, elas são nulas de pleno direito.

Neste ponto, faz-se necessário que esta Administração esclare o Edital, colocando de forma objetiva e demonstrando o que ela pretende ou entende como sendo de relevância técnica para garantia de uma segura contratação.

Há de se colocar ainda que na letra h do item 17 consta a exigência de experiência pregressa em Sistema de alarme, todavia, não especifica qual tipo de sistema de alarme deverá a Licitante comprovar experiência pregressa.

Existem vários tipos de sistemas de alarmes, ao quais, tecnicamente, são totalmente diferentes. A exemplo citam-se dois, quais sejam, os sistemas de alarme de incêndio e os sistemas de alarme de segurança, ou o sistema de alarme dos equipamentos, cada um com uma finalidade e complexidade técnica distinta, logo, se faz necessário que a administração deixe claro qual tipo de sistema de alarme é o compatível com o objeto da licitação, bem como seu quantitativo.

Assim sendo, se o item é de grande relevância técnica, é óbvio que a especificação do sistema de alarme também é de relevância técnica e, sobretudo, necessário, vez que, se fosse padrão ou sem complexidade técnica, quiçá poderia ser tido como item de grande relevância técnica para fins de habilitação.

O fato é que o edital se encontra confuso e deveras subjetivo, quiçá contraditório nestas exigências.

Em outras palavras, os itens impugnados trazem, entre suas várias consequências danosas, o tratamento diferenciado, mesmo que indiretamente, uma vez que não igualam em oferecimento de condições

todos os licitantes, visto que são contraditórios e obscuros, podendo levar os licitantes e a própria administração a erro.

Além do mais, no tocante à alínea “h” do item 17 há de se colocar que a administração entendeu ser a mesma um serviço de grande relevância técnica, logo deveria constar como exigência, no entanto, na medida em que o órgão não especifica qual o sistema de alarme se faz necessário para a comprovação de experiência pregressa, nem o quantifica, o mesmo contradiz a real relevância técnica do serviço. Ratifica-se que, conforme fora colocado alhures, cada sistema de alarme tem relevância técnica distinta, logo, se não se sabe mensurar qual sistema de alarme é relevante pressupõe-se que o serviço não seja relevante.

Nestes pontos, demonstradas as razões para impugnação do presente edital em virtude de descompasso ocorrido pelas exigências dos itens suscitados frente ao entendimento legal, jurisprudencial e doutrinário, os quais refletem a necessidade de objetividade nos critérios de julgamentos.

Ora, não poderá a autoridade administrativa inserir no ato convocatório da licitação exigência de capacitação técnica profissional-operacional que não guarde estreita relação razoável e proporcional ao objeto da contratação, quiçá se ainda for feito de forma contraditória.

*Data máxima vênia*, o edital em comento parece uma “salada de frutas”, na medida em que: cada item supõe uma coisa distinta; dentro de um mesmo item há exigências de potências distintas referentes a mesmo equipamento; há ausência de especificações quanto ao serviço tido como de relevância técnica.

Neste esboço, o edital deve ser retificado, sob pena de sua nulidade.

### **III.2- DAS CONTRADIÇÕES NOS QUANTITATIVOS DE ITENS DAS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, BEM COMO OMISSÕES**

*Data máxima vênia*, além das contradições e erros nas exigências técnicas, há de se colocar que as planilhas orçamentárias e as planilhas de estimativas de preços unitários estão com erros inaceitáveis.

É mais que óbvio que os erros contidos nas planilhas orçamentárias devem ser retificados, visto que, de certa forma, modifica consideravelmente o valor estimado.

Em um primeiro momento, pondera-se que as planilhas de estimativa de preço das páginas 72 e 73 do Termo de Referência estão completamente diferentes das demais planilhas contidas no edital e TR, como se tivessem sido copiadas e coladas de outro certame. ou então realizadas por pessoas diferentes, que discordam entre si e lançadas à esmo no instrumento convocatório.

Além de tal constatação, pondera-se, ainda, que a planilha orçamentária de composição de preços contém erros grotescos, os quais modificam completamente o valor estimado do certame, o que será demonstrado mais adiante.

As planilhas de composição de custos e formação de preços têm enorme importância na licitação, já que é por intermédio da planilha que a Administração sabe quanto vai pagar ou qual a média no mercado para os itens que pretende contratar.

Portanto, a planilha, que é um documento obrigatório na fase interna da licitação, nos autos do processo administrativo deve ser condizente com a realidade, não podendo conter erros que vão levar os licitantes a falhas na oferta de sua proposta e na composição de seus preços.

De fato, a planilha é preenchida pelo licitante para composição de seus preços, e é com base na planilha do vencedor da licitação que serão embasados, inclusive, futuros pleitos de [repactuação, reajuste ou revisão de preços.](#)

Ora, as repactuações futuras de contratos de serviços continuados são todas feitas com base nas planilhas.

A futura contratada, ao apresentar o pedido de repactuação, utiliza a planilha de preço para formatar seu pedido, pois é requisito que a empresa detalhe o valor do pedido da repactuação.

A Administração, quando contrata serviços com terceiros, ou seja, terceiriza seus serviços, precisa saber quanto vai pagar por aquele serviço, logo, se a sua planilha de composição de preços contém erros, os mesmos vão perpetuar durante a execução contratual, tendo reflexo não somente no julgamento do certame, mas, como dito, durante toda a execução do contrato. Tal ponto é só uma das consequências de um erro na planilha de composição de preços.

Uma planilha correta é um dos instrumentos de precificação para chegar ao custo estimado da contratação, se a mesma contém erros, como é o caso da do presente edital, há uma consequente modificação no valor



estimado, ou interpretações dúbias quanto aos números de empregados por posto de serviço, valores a serem pagos para cada empregado que prestará os serviços, etc.

Assim sendo, além de ser obrigatória nos certames, a Planilha detalhada de custos é item indispensável para os serviços aqui licitados, e, definitivamente, não poderá conter erros como os encontrados. Portanto, devem ser revisadas e retificadas todas as planilhas, sob pena de futuras nulidades.

A IN 05/17, sobre a obrigatoriedade da planilha, determina:

**“INSTRUÇÃO NORMATIVA No 05, de 26 de maio de 2017.**

**ANEXO V - Item 2.9. - b1**

*b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável (...)”*

A Lei nº 8.666/93 leciona:

Lei nº 8.666/93:

Art. 40 (...)

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

II - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

Isto posto, vejamos exemplos de alguns erros contidos na composição dos preços da planilha, sem embargos dos demais que deverão ser retificados, contudo serão citados apenas alguns exemplos para demonstrar que a mesma se encontra repleta de erros.

Cita-se como exemplo de erro na composição do preço o item 25.4 do Anexo F do TR (página 174) - planilha de composição de preço.

No item em comento, qual seja, visita técnica do fabricante ou de autorizada do fabricante para verificação de grupos geradores, pode-se notar que a medida é por unidade (relatório), tendo uma previsão quatro unidades com o preço unitário **da mão de obra no valor de R\$ 2.555,90 (dois mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos)**, preço unitário do item **R\$ 10.223,60 (dez mil duzentos e vinte e três reais e sessenta centavos)**, restando-se um valor de preço total de **R\$ 40.894,40 (quarenta mil oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos)**. Porém, a composição do preço encontra-se errada, já que o valor da mão de obra deve ser somado com o valor do item para somente assim perfazer o valor. Senão, vejamos o cálculo correto:

- Preço da mão de obra de **R\$ 2.555,90 + Preço do item R\$ 10.223,60 = preço total por item = R\$ 12.779,50, o qual deverá ser multiplicado pela quantidade de itens, que são 4 (quatro), o que perfará um preço total a ser adquirido de R\$ 51.118,00.**
- Não obstante, o preço constante da planilha é equivocadamente de **R\$ 40.894,40 e não os R\$ 51.118,00.**

Veja, Ilustre Comissão, que, conforme o exemplo citado, constam inúmeros outros itens que estão equivocados em sua composição e somatórios.

Além disso, tem-se outra questão importante, que é a ausência da previsão de periculosidade na composição de preço dos ajudantes de marcenaria.

Na Planilha de composição de preços dos empregados que serão alocados para prestação dos serviços consta o quadro de ajudantes, todavia, a mesma não faz diferenciação entre as modalidades de ajudantes como, por exemplo, o ajudante de marcenaria, para o qual necessariamente deverão constar na composição de preço o valor da periculosidade.

Constata-se na Jurisprudência:

**“ATIVIDADE DE CARPINTEIRO. ESPECIAL. AGRAVO DESPROVIDO. 1.**

As **atividades de carpinteiro e marceneiro** estão enquadradas nos códigos 1.2.10, 1.2.12 e 2.5.3 do Decreto 53.831 /64, posto que referidas funções consistiam em pegar madeira, transportar, lixar, aplicar manualmente produtos nas superfícies dos móveis, com exposição de maneira habitual e permanente não ocasional nem intermitente a tintas, resinas, poeira de madeira, ruído. 2. A parte autora, do sexo masculino, laborou em condições especiais, nos períodos indicados, em contato habitual e permanente com agentes nocivos - ruído, poeira de cimento e cal e resíduos de madeira, na função de **carpinteiro**, consoante se pode notar dos formulários

apresentados. Não obstante o formulário não indicar expressamente o código de enquadramento do agente agressor, os Tribunais vêm aceitando a mera indicação do ofício de carpintaria, sob a ação de agentes insalubres. Precedente. 3. A **atividade** exercida pela parte autora é especial por encontrar-se classificada como **atividade** profissional segundo agentes nocivos no Anexo I do Decreto 83.080 /79 (código 1.2.12), ressaltando que tais informações são corroboradas pelas conclusões do laudo. 4. Agravo desprovido.”

Assim sendo, obviamente que na planilha de custos não está descrita a real composição dos preços, o que, conseqüentemente, interferirá no valor global da obra.

Além do supra apontado, na planilha de quantitativo de postos de serviços há um cálculo errado na quantidade de pessoas por posto, a exemplo na página 09 do edital.

Descreve-se o exemplo de erro:

- Previsão de Engenheiro Civil ou Arquiteto júnior – quantidade de postos - estão previstos 3 (três) postos – contudo, no item do profissional em apreço, colocou-se a necessidade de três pessoas, ou seja, três engenheiros por postos.

Em contrapartida, ainda, à página 266 do Termo de Referência a quantidade de pessoas por posto está totalmente diferente da planilha da página 09, o que é imprescindível também de retificação e uniformização.

Outrossim, é certo também que o manejo de termos aditivos pode se dar nas hipóteses de alterações quantitativas, assim sendo, a mensuração dos quantitativos de forma correta e com a devida composição de preços se faz necessária para evitar a necessidade de aditivos e possíveis erros.

Isto posto, não obstante às colocações e exemplos citados, é de fácil conclusão que o edital impugnado se encontra completamente viciado por estar contraditório, por não ser padronizado, por não ser objetivo em suas exigências, visto que, repisa-se, em cada parte do edital encontram-se exigências diferentes, a respeito das quais não sabe quais deverão seguir o Licitante. **Data máxima vênia**, o edital está parecendo um “Frankenstein”, algo parecido com vários termos de referência distintos copiados e colados em um só.

Neste cenário, é obrigatório que a Administração elabore orçamento do serviço licitado, estimando-o na planilha de quantitativos e preços unitários. Os orçamentos e planilhas devem refletir a completude dos custos dos serviços em licitação e não apenas parte deles.

Sob a luz do conceito vergastado se conclui que as composições de custo unitário definem todos os insumos (**MATERIAL E MÃO-DE-OBRA**) **que serão empregados em cada serviço**. Sendo assim, as composições de custo unitário são a base da precificação dos serviços, representam a necessidade do órgão licitante determinando de fato todos os serviços que o contratado executará.

Noutro giro, o art. 3º da Lei 8.666/93 preconiza que os princípios constitucionais devem ser observados e cumpridos nas Licitações públicas, sendo estes da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade,

igualdade, publicidade, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A legalidade é princípio constitucional basilar aplicável à administração pública, prevista expressamente nos artigos 5º, inciso II, e 37 da Carta Magna. Nos dizeres da doutrina:

“O princípio da legalidade, no Brasil, significa que a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina. Ao contrário dos particulares, os quais podem fazer tudo o que a lei não proíbe, a Administração só pode fazer o que a lei antecipadamente autorize. Onde administrar é prover aos interesses públicos assim caracterizados em lei, fazendo-o na conformidade dos meios e formas nela estabelecidos ou particularizados segundo suas disposições.” (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 19ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 93)”

Considera-se observância do princípio constitucional de legalidade a primazia pelo artigo 6º, inciso IX, alínea “f” da lei de Licitações, o qual prevê que o projeto básico deverá conter orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativo de serviços e fornecimentos adequadamente avaliados, bem como pelo artigo 7º, § 2º, Inciso II, no qual está disposto que as obras e **os serviços somente poderão ser licitados quando existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, indispensáveis ao processo licitatório.**

Neste desiderato, não pode a planilha de custo não expressar fidedignamente todos os custos unitários, visto, conforme dito, ser indispensável no processo licitatório, prestigiando, assim, o princípio da ampla competitividade e possibilitando a formulação de propostas hígas pelas empresas participantes do certame.

Daí ser voz correta na doutrina que o Edital é lei interna da licitação, pois o mesmo, a par de sua quase imutabilidade administrativa, deve ser claro, preciso e objetivo, de modo que o particular consiga formular sua proposta isento de dúvidas.

No caso em comento, o edital encontra-se viciado, conforme já consignado nos tópicos susos o que o faz completamente ilegal, devendo ser anulado e refeito, considerando que sistematicamente existem várias falhas e contradições, dentre elas, a correção no seu valor total previsto.

Marçal Justen Filho, em seu livro Comentários à lei de licitações e contratos administrativos 16 ed. Ver. Atual e ampliada, editora Revista dos Tribunais, página 721, assim leciona:

“O edital contém regras fundamentais acerca da licitação, disciplinando as exigências que serão impostas aos interessados e as regras procedimentais que serão adotadas. Sob esse ângulo edital e convite retratam o exercício de poder discricionário que, uma vez exercido exaurem-se. A normatividade do ato convocatório não significa inovação no mundo jurídico, função privativa da lei. Consiste na seleção pela administração das opções que se vinculará posteriormente. A obrigatoriedade do ato convocatório não é dirigida propriamente aos terceiros, mas especificamente à administração pública. No ato

convocatório são fixadas as regras que nortearão a conduta da própria administração. A Lei e o fundamento normativo externo do ato convocatório. Os particulares sofrem indiretamente os efeitos das regras nele contidas. Tomam conhecimento de que a administração selecionará proposta mais vantajosa segundo características certas e definidas no ato convocatório. Para os particulares cumprir tais parâmetros representa uma espécie de ônus. Terão a possibilidade de obter uma situação mais vantajosa na média em que atendem as exigências previstas no Edital. Numa fase inicial o descumprimento às exigências contidas no ato convocatório não acarreta sanção aos licitantes mas sua inabilitação ou desclassificação”

Sobre a necessidade de clareza no Edital é entendimento do TCU sob o espectro do Ministro Guilherme Palmeira ao julgar o acórdão 1.474:

“O edital da licitação dever ser claro e objetivo, de modo que se possa de maneira direta e sem maiores esforços interpretativos compreender os critérios de exigências nele postas, conforme expressa disposição na Lei 8666-93, que exige a descrição clara do objeto da licitação”.

Assim sendo, Ilustre Comissão, a necessidade de clareza e objetividade, ou melhor, a ausência de lacunas ou antinomias entre as cláusulas editalícias é algo tão inerente a regularidade do processo licitatório que a Lei 8666-93, em seu artigo 40 inciso VIII, prescreve que o próprio Edital deve indicar expressamente mecanismos postos a disposição do particular para resolução de dúvidas a respeito dos seus termos.



No caso em comento não há necessidade de esclarecimento de dúvidas, pois o que se percebe é que o Edital se encontra repleto de contradições, munido de várias exigências distintas em cada parte do instrumento Convocatório, e grande diferenças de preços, logo, o edital não se encontra em consonância com o artigo 40 da Lei de Regência.

Marçal, no mesmo livro acima citado, à página 768, ainda pondera:

“O ato convocatório deverá conter todas as informações relevantes e pertinentes à licitação. Nenhuma decisão poderá inovar conteúdo do ato convocatório. Se existir informações relevantes para a elaboração das propostas ou participação dos interessados e se isso não constar do ato convocatório haverá vício insanável.”

Ilustre Comissão, toda a necessidade de clareza e objetividade necessária ao Edital, sendo o que não consta no instrumento ora impugnado pelas razões já expostas, deflagra, a circunstância de a Administração ver-se compelida a retificar o ato convocatório, prendendo-se a um elemento fundamental de qualquer disputa de contrato público, qual seja, o julgamento imparcial e objetivo, sendo isso que se requer.

Até porque, no caso em comento, o edital carece de informações fundamentais à correta formulação das propostas pelas Licitantes interessadas ao tempo que apresenta exigências distintas no início do TR e no final dele, para fins de habilitação. O acolhimento da presente impugnação é indispensável para que o ente público viabilize a celebração de contratos administrativos vantajosos e livres de máculas.

### III.3 - DA EXIGÊNCIA DA CRIAÇÃO DE CONTA VINCULADA

Além de todos os pontos impugnados alhures, faz-se imperioso ainda impugnar a legalidade da criação de conta vinculada prevista no edital.

Pois bem, o objeto da licitação é serviço de Engenharia incluindo os sob demanda nos imóveis citados.

Antes de adentrar no motivo da impugnação no presente tópico, faz-se imperioso conceituar, mesmo que laicamente, o que é a conta vinculada, bem como sua finalidade, já que é cediço que a necessidade de abertura da referida conta adveio em decorrência da Súmula 331 do TST, na qual responsabilizava solidariamente- subsidiariamente os tomadores de serviço, no caso, a Administração pública, por inadimplências das empresas contratadas junto aos empregados alocados nos órgãos com dedicação exclusiva.

Assim sendo, a Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação foi criada com o objetivo de garantir os recursos necessários para o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada.

Para tanto, historicamente, foi editada a Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009, que incluiu na Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, alguns dispositivos que definem regras e condições de pagamento, com o escopo de tentar mitigar fraudes e débitos trabalhistas que ocorriam com frequência **nas contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra. (SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA).**

Com a instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013, já citada alhures, tal instrumento deixou de ser facultativo e passou a ser obrigatório, portanto, devendo ser parte integrante do instrumento convocatório.

Frisa-se que, em caso de inviabilidade da utilização de tal instrumento, dever-se-ia ser devidamente justificado.

Posteriormente, com a edição da Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014, foi inserido um modelo de Termo de Cooperação Técnica e seus respectivos anexos, para abertura e operacionalização da referida Conta Vinculada.

A Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação **É UMA FORMA DE PAGAMENTO DIFERIDA**, destinada especificamente ao cumprimento de algumas obrigações trabalhistas, portanto, não se constitui em um fundo de reserva.

É uma conta aberta pela Administração em nome da empresa contratada, destinada exclusivamente a receber depósitos decorrentes de provisionamentos mensais de encargos trabalhistas, na forma do art. 19-A e Anexo VII da IN SLTI/MP nº 2, de 30 de abril de 2008.

O art. 19-A, da IN nº 2, de 2008, prevê que o Edital deve estabelecer regras para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas pelo contratado, cuja movimentação ficará restrita exclusivamente para o pagamento daquelas obrigações, na forma do artigo supracitado.

O inciso V do Art. 19-A da INº 2, de 2008, determina, ainda, que o órgão ou entidade contratante estabeleça no edital a obrigação de que a contratada autorize a Administração a realizar o pagamento direto aos trabalhadores dos salários e demais verbas trabalhistas, na eventualidade do não cumprimento dessas obrigações pela contratada, até o momento da sua regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Senão, vejamos a Súmula 331 TST:

“TST Enunciado nº 331 Contrato de Prestação de Serviços –  
Legalidade

(...)

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993). (Alterado pela Res. 96/2000, DJ 18.09.2000) (grifou-se)”

Pelas cartilhas e inúmeras orientações da AGU (Advocacia Geral da União), o montante do depósito vinculado seria igual ao somatório dos valores das seguintes previsões: 13º salário; Férias e 1/3 (um terço) constitucional; Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado; Incidência sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário.

O “x” da questão no presente caso não é a legalidade da criação da conta vinculada, sem embargos a essa legalidade, em que pese ser cediço que a mesma vem sendo alvo de questionamentos, já que, para alguns é mecanismo de preservação do erário em face de empresas terceirizadas inadimplentes; **PARA OUTROS CONSTITUI GARANTIA EXCESSIVA NÃO PREVISTA NA LEI Nº 8.666/93**, bem como representa interferência direta da Administração na gestão da empresa contratada.

O pano de fundo do item em apreço da presente impugnação é a desnecessidade da criação desta conta vinculada frente ao serviço ora licitado, que não se trata de serviço de terceirização, **MAS SIM DE UM SERVIÇO DE ENGENHARIA QUE INCLUI OUTROS SOB DEMANDAS NOS IMÓVEIS.**

Mesmo sendo um contrato de prestação de serviço continuado, não se trata de tomada de serviços continuados de terceirização, e sim de **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA.**

Há de se colocar que tem sido muito confundido pela administração pública o tipo de serviço previsto nas instruções normativas citadas, os quais que necessitam de maior fiscalização no pagamento das verbas trabalhistas, com os tipos de serviços aqui licitados.

Há de se colocar que não são todos os contratos continuados que ensejam a necessidade da criação de conta vinculada.

Pelo objeto da presente licitação, não há como enquadrá-lo na IN 06 citada, a qual determina a criação da conta vinculada para maiores fiscalizações.

No presente caso, a criação da conta realmente extrapola o princípio da estrita Legalidade e **CONSTITUI GARANTIA EXCESSIVA NÃO PREVISTA NA LEI Nº 8.666/93**, bem como representa interferência direta da Administração na gestão da empresa contratada face ao objeto licitado.

Comentando o princípio da estrita legalidade – que amolda os limites da atuação da Administração, HELY LOPES MEIRELLES ensina que:

**“Na Administração Pública, NÃO HÁ LIBERDADE NEM VONTADE PESSOAL. ENQUANTO NA ADMINISTRAÇÃO PARTICULAR É LÍCITO FAZER TUDO QUE A LEI NÃO PROÍBE, NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SÓ É PERMITIDO FAZER O QUE A LEI AUTORIZA.** A lei para o particular, significa "pode fazer assim"; para o administrador público significa "deve fazer assim". - MEIRELLES, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro. 15ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990, p. 78. [Destaques acrescidos].”

Por outro lado, ainda, há de se colocar que o futuro contratado efetua a garantia do contrato, garantia esta que garantirá uma boa execução contratual com o devido cumprimento das devidas obrigações e neste caso a criação da conta vinculada restará em *bis in idem*.

Destarte, impugna-se a criação da conta vinculada face ao objeto da licitação, a um, por não ter previsão legal para tal e, a dois, por não se amoldar à IN 06.

#### **IV - DA CONCLUSÃO**

Por tudo o que foi colocado até o momento, o que é de fácil percepção, visto as irregularidades do instrumento convocatório, a falta de objetividade, as contradições e omissões, máxime nas planilhas orçamentárias, a Impugnante utiliza-se deste instrumento oficial para IMPUGNAR O ATO CONVOCATÓRIO EM TELA, e requer, *data máxima vênia*, a verificação dos fatos existentes, bem como sugere a esta Honrosa Administração uma reflexão aprofundada do caso, o qual deverá ser respondido, por ter a convicção de que a Casa é conduzida pelo mais elevado primor aos Princípios Públicos e de Honradez à Nação Brasileira.

Certos da seriedade da Honrosa Administração, que reza pelos princípios constitucionais basilares da Supremacia do Interesse Público e economicidade, bem como dos demais: legalidade, impessoalidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, desenvolvimento nacional sustentável, é que se apresenta a presente Impugnação.

É através do processo licitatório que a Administração deverá propiciar àqueles que desejam contratar com o Poder Público, na execução de obras e serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações, a certeza de que o processo será o mais transparente e isonômico possível, através das condições previamente estabelecidas no ato

convocatório, atuando como um fator de moralidade nos atos administrativos.

A Vinculação ao Instrumento Convocatório é o princípio básico de toda a licitação, funcionando como lei interna, vinculando aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

A partir do momento que forem estabelecidas as regras para uma contratação, elas se tornam inalteráveis. Isto não significa que, se verificadas as inadequações editalícias a tempo, essas não possam ser corrigidas tempestivamente através de um novo edital.

Jurisprudências consolidam a importância da aplicação dos Princípios Gerais em decisões acerca da matéria e a não observância deles é causa de nulidade do processo, logo, o edital deverá ser retificado por ser questão de lícima Justiça e Direito.

## **V - DO PEDIDO**

Diante do exposto, forte em suas razões, com fulcro na Lei 8.666/93 e nos artigos citados ao longo desta impugnação, requer à DD. Comissão Permanente de Licitação que:



1) Receba e processe a presente Impugnação na forma como determina a Lei e o respectivo Instrumento Convocatório; e, no mérito, dê-lhe provimento para cancelar o instrumento convocatório e relançá-lo com as devidas retificações e com a observância mínima do prazo legal.

Caso esta *douta* Administração negue provimento à impugnação encartada, que assim o faça por escrito, apontando e fundamentando jurídica e tecnicamente os motivos do improvimento, em consonância com o que determina a Constituição Federal, a qual, além de afirmar que a administração Pública deve pautar sua conduta pela observância ao princípio da publicidade (art. 37, caput.), também considera garantias individuais do cidadão a obtenção junto aos órgãos públicos de informações de interesse pessoal ou de interesse coletivo ou geral (art. 5º, XXXIII) e a obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de seus direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal (art. 5º XXXIV, “b”);

É o que se espera da cultura, do saber jurídico e do alto descortino de todos os membros dessa Honrosa Comissão de Licitações.

Termos em que,  
Pede e aguarda deferimento.

Brasília-DF, 15 de junho de 2.020.

ENGEPROM ENGENHARIA LTDA.  
Deusdete Bernardes da Silva  
Diretor